

CAMPAHA SOLIDÁRIA
De Natal
Anjos Anônimos

ITENS QUE ESTAMOS ARRECADANDO:

- PANETONES
- BRINQUEDOS
- REFRIGERANTE
- SALSICHA
- EXTRATO DE TOMATE
- LATA DE MILHO
- BATATA PALHA
- 500 PÃES
- SORVETES
- DOCES EM GERAL (BALAS, PIRULITOS, ETC.)

PONTO DE COLETA:
TRAVESSA DAVI CURI, Nº30

SE PREFERIR CONTRIBUIR COM QUALQUER VALOR, SEGUIR O PIX:
SIMONE ANTUNES - 44999306479

ESCRITÓRIO PINHEIRO

Trate diretamente com o proprietário

Aluga-se:

Antiga instalação da Clínica Dr. Antônio Corpa. 8 salas mais recepção. Av. Manoel Mendes de Camargo ao lado da Auto Peças Mazzo.

Tratar pelos telefones:
(44) 3523-2228 / 99833-4808

46 ANOS
EM CAMPO MOURÃO!

RADIADORES MODELO

Radiadores Novos, Recondicionados a Base de Troca
Pronta Entrega, Solda de Intercooler, Consertos e Mangueiras

LINHA LEVE

LINHA PESADA

LINHA AGRÍCOLA

MANGUEIRAS

(44) 3523-3995
Celular: 99931-1476 TIM
radiadoresmodelo@gmail.com

Per. Tancredo de A. Neves, 3189
Jd. Santa Nilce - CEP 87308-440
Campo Mourão - PR

MUNICÍPIO DE MAMBORÊ
 Estado do Paraná - CNPJ 76.368.828/0001-22
 Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000
 e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br
 www.mambore.atende.net

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
 Dispensa nº 117/2025
 Processo Administrativo nº 330/2025

O Município de Mamborê, Estado do Paraná, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II, comunica a todos a efetivação do procedimento conforme abaixo discriminado:

Dispensa de Licitação nº 117/2025
 Processo Administrativo nº 330/2025

Valor total: R\$ 1.057,00 (mil seiscientos e cinquenta e sete reais).

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO NO PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ/PR, COMPREENDENDO: UMA (01) FOTOCÉLULA PPA ACCESS F10R, DOIS (02) CONTROLADORES DE ACESSO DIGIPROX, COM CAPACIDADE PARA 1000 USUÁRIOS, OPERANDO COM SENHA E TAG 125KHZ.

Mamborê, 09 de dezembro de 2025.

MAURO AUGUSTO DA ROCHA
 Agente de Contratação

GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
 CNPJ n. 78.069.143/0001-47

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 51/2025
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2025

O Município de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, por meio do Departamento de Licitação e Contratos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 75, inciso II) e legislação pertinente, torna pública a realização de procedimento de **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE (LOTE ÚNICO)**, para a contratação de:

OBJETO: Locação de geradores de energia, compreendendo o fornecimento, instalação, entrega e abastecimento inicial obrigatório, destinados ao atendimento da infraestrutura da programação de **Revelillon 2025/2026** do Município de Altamira do Paraná - PR.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) para o Lote Único.

PLATAFORMA ELETRÔNICA: Portal BLL Compras - Balsa de Licitações do Brasil, no endereço eletrônico www.bll.org.br

DATAS E HORÁRIOS:

FASE DO PROCESSO	DATA	HORÁRIO (Horário de Brasília)
Início do Recebimento das Propostas	10 de dezembro de 2025	08h00min
Fim do Recebimento das Propostas	15 de dezembro de 2025	08h00min
Início da Disputa de Lances	15 de dezembro de 2025	09h00min
Encerramento da Disputa	15 de dezembro de 2025	16h00min

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E ANEXOS:
 O Aviso de Contratação Direta, o Edital e o Termo de Referência completo e demais anexos estão disponíveis para consulta e download na plataforma www.bll.org.br e no Portal da Transparência do Município de Altamira do Paraná, localizada na Rua Canó, 180, Centro, Altamira do Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Douglas Toffinski
 Oficial Administrativo
 Departamento de Licitação e Contratos Administrativos
 Prefeitura de Altamira do Paraná

PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO
 R. O GRANDE SHOW DA VIRADA

31 DEZ. Quartel
SHOW DA VIRADA

Minuano Grupo
 PRACA SÃO JOSÉ

LUTA CONTRA DENGUE

Sua ação pode salvar muitas vidas.

- Mantenha as garrafas viradas para baixo.
- Encha de areia os pratos das plantas.
- Elimine todos os focos da dengue.

Junte-se a essa luta!

PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

Prefeitura Municipal de Runcador
 PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO
 RUNCADOR - CEP-87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: 0800 115 0015 - PARANÁ
 CNPJ - 75.371.401/0001-57

A Prefeitura Municipal de Runcador torna público que requereu 09 de dezembro de 2025 ao Instituto Água e Terra (IAT), a Licença Ambiental Simplificada, para instalação de Clínica de Fisioterapia para imóvel localizado no Jardim Anchieta.

Prefeitura Municipal de Runcador
 PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO
 RUNCADOR - CEP-87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: 0800 115 0015 - PARANÁ
 CNPJ - 75.371.401/0001-57

A Prefeitura Municipal de Runcador torna público que requereu 09 de dezembro de 2025 ao Instituto Água e Terra (IAT), a Licença Prévia, de Conjunto Habitacional de Interesse Social a ser instalado no Jardim Anchieta.

Prefeitura Municipal de Runcador
 PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO
 RUNCADOR - CEP-87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: 0800 115 0015 - PARANÁ
 CNPJ - 75.371.401/0001-57

A Prefeitura Municipal de Runcador torna público que requereu 09 de dezembro de 2025 ao Instituto Água e Terra (IAT), a Renovação da Licença Ambiental Simplificada, da Usina de Triagem de Material Reciclado.

ACMF - ASSOCIAÇÃO CAMPO MOURÃO FUTSAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL - ACMF - ASSOCIAÇÃO CAMPO MOURÃO FUTSAL

Edital de Convocação de Assembleia Geral para eleição da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da ACMF - ASSOCIAÇÃO CAMPO MOURÃO FUTSAL.

O Presidente em exercício da ACMF - ASSOCIAÇÃO CAMPO MOURÃO FUTSAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.191.160/0001-52, Sr. Edimar Iori, abaixo assinado, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto, INFORMA a todos os associados que:

a)- Haverá ELEIÇÃO da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal, para a gestão 2026/2027, **que se realizará no próximo dia 10 de Janeiro de 2.026**, na sede da ACMF - ASSOCIAÇÃO CAMPO MOURÃO FUTSAL, localizada na Av. Comendador Norberto Marcondes, 2095, sala 03, CEP 87303-100, das 9h00min às 17h00min.

b)- Os sócios deverão estar quites com suas obrigações com a Associação.

c)- Os registros de chapas devem ocorrer até 15 (quinze) dias corridos à publicação do presente edital, mediante protocolo na secretaria da Associação, no horário das 8h30min às 17h00min.

Campo Mourão, 03 de Dezembro de 2025

EDIMAR IORI:92496822987
 Assinado de forma digital por EDIMAR IORI:92496822987
 Data: 2025.12.04 14:42:31 -03'00'

EDIMAR IORI
 Presidente da ACMF – Associação Campo Mourão Futsal

Avenida Comendador Norberto Marcondes, nº 2095, sala 03, centro, CEP 87303-100, Campo Mourão-PR
 CNPJ/MF nº 78.191.160/0001-52

CURSO

MEL NA GASTRONOMIA

21 e 22 de janeiro

Gratuito

Recanto do Criador

INTERESSADOS ENTRAR EM CONTATO COM A MOBILIZADORA NAYARA: (44) 99929-2274 / (44) 3523-1953 OU NAYARA.SINDICATOSENAR@gmail.com

SISTEMA FAEP

GARAGEM VIRTUAL

CLEAN CAR
MOURÃO
ESTÉTICA AUTOMOTIVA

(44) 99714-9771 (44) 99831-8827 (44) 99714-9771

[garagem_virtual.cm](https://www.instagram.com/garagem_virtual.cm)

AV. JOÃO BENTO, 719
Esquina com a Rua Roberto Brzezinski

<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS II E IV DO ART. 1º E NO INCISO II DO ART. 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025.</p><p>(Razão Social do licitante)..... inscrita no CNPJ sob o nº/....., sediada na (endereço completo)....., Declara, sob as penas da lei, DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS II E IV DO ART. 1º E NO INCISO II DO ART. 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.</p><p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p><p>....., em ____ de ____ de 2025.</p><p>Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO X - DECLARAÇÃO DE QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALÉIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDIÇÃO VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO.</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025.</p><p>(Razão Social do licitante)..... inscrita no CNPJ sob o nº/....., sediada na (endereço completo)....., Declara, sob as penas da lei, QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, BEM COMO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALÉIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDIÇÃO VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO.</p><p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p><p>....., em ____ de ____ de 2025.</p><p>Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA DE ORIGEM EXÓTICA OU DE ORIGEM NATIVA DE PROCEDÊNCIA LEGAL.</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025.</p><p>Eu (insserir o nome) RG n.º....., legalmente nomeado representante da proponente (insserir o nome da proponente), CNPJ n.º....., para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 000/2025, declaro, sob as penas da lei, que para a execução do objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no artigo 72, § 8º, inciso V da Lei Federal n.º 9.895/96, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.</p><p>Local ***** de ***** de 2025.</p><p>Nome, RG e assinatura do representante legal pela empresa.</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XII - ATESTADO DE VISITA</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025</p><p>Objeto: (insserir o nome da obra, local, sua número, cidade e outros).</p><p>Declaramos que o Engenheiro (insserir o nome completo), CREA nº (insserir o número) da proponente (insserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução do objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA em epígrafe.</p><p>....., de ____ de ____ de ____.</p><p>(Nome, RG nº e assinatura do responsável pelo licitante)</p><p>(Nome, CREA nº e assinatura do engenheiro habilitado da proponente)</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XII - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025</p><p>Declaro que a empresa, inscrita no CNPJ nº....., sediada no endereço....., optou por NÃO realizar visita no local e instalações referente a EXECUÇÃO DE.....</p><p>Declaro que o Engenheiro (insserir o nome completo), CREA nº (insserir o número) da proponente (insserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução do objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA em epígrafe, e, declara estar ciente que não poderá alegar o desconhecimento das condições e prazos ou utilidades externas como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste processo licitatório.</p><p>(Local)....., de ____ de ____ de 2025.</p><p>(Nome e Assinatura do Técnico Responsável pela empresa)</p><p>(Número da Carteira de Identidade)</p><p>(em papel timbrado da Empresa).</p></div>												
<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XIII - PLANILHA DE ÍNDICES CAPACIDADE FINANCEIRA</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025.</p><p>Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social, (2022 e 2023).</p><p>Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitante, nos comprometeremos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovem as demonstrações.</p><table><thead><tr><th>Índice</th><th>Valor em reais</th><th>Índice</th></tr></thead><tbody><tr><td>Liquidez geral: LG = (AL + PL) / (PC + EL)</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Liquidez corrente: LC = AC / PC</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Endividamento: E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)</td><td></td><td></td></tr></tbody></table><p>AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo; AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo; PC - passivo circulante;</p><p>OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.</p><p>Local, ____ de ____ de 2025.</p><p>Representante legal (nome, RG nº e assinatura) Contador (nome, nº CRC e assinatura).</p></div>	Índice	Valor em reais	Índice	Liquidez geral: LG = (AL + PL) / (PC + EL)			Liquidez corrente: LC = AC / PC			Endividamento: E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)			<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XIV - RELAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA</p><p>*Anexar planilha de veículos, máquinas e equipamentos</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025.</p><p>Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 000/2025, instaurado por edital, (órgão ou entidade licitante), que se nossoa empresa for declarada adjudicatária do objeto:</p><p>a) mantermos na obra, na qualidade de responsável na gerência dos serviços, o Engenheiro Civil, e/ou Arquiteto Senhor....., inscrito junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA/CAU sob nº.....;</p><p>b) dispormos de pessoal técnico necessário para a execução dos serviços;</p><p>c) dispormos dos equipamentos necessários à execução dos serviços.</p><p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p><p>....., de ____ de ____ de 2025.</p><p>(Nome e assinatura do responsável legal da proponente)</p><p>RG nº.....</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XVI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA</p><p>AO MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR AT. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CONCURRENCIA ELETRÔNICA N. 000/2025.</p><p>A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 000/2025, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 14.133/2021, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.</p><p>....., de ____ de ____ de 2025.</p><p>(Nome e assinatura do representante legal da proponente)</p><p>Número RG.....</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>ANEXO XVII - MINUTA DO CONTRATO</p><p>CONTRATO Nº 000/2025.</p><p>Processo Administrativo nº 000/2025</p><p>CONCURRENCIA ELETRÔNICA Nº *****/2025</p><p>TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM:</p><p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUIZIANA-PR, inscrito no CNPJ nº 00.888.688/0001-27, localizada na Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira nº 22, CEP 87290-000, na cidade de Luiziana/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Senhor ++++++, portadora do RG nº ++++++ e portadora do CPF nº ++++++, e de outro lado CONTRATADA:..... inscrita no CNPJ nº....., endereço nº....., bairro....., CEP....., na cidade de....., neste ato representado por sócio administrador....., portadora do RG nº..... e do CPF nº.....</p><p>celebram o presente contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com base na Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº...../2025, e nos termos da Lei 14.133/2021, e demais legislações citadas no edital anteriormente citado, e demais Legislações pertinentes à espécie.</p><p>CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO</p><p>1.1. O Objeto desta Ata é o</p><p>1.2. A empresa responsável pela execução do objeto do presente contrato, responderá pela solidez e segurança dos serviços executados, durante o prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.</p><p>1.3. Os materiais a serem utilizados nas obras serão fornecidos pela empresa vencedora do certame, e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento ou utilização deverão estar incluídos no valor da proposta.</p><p>1.4. Os materiais que forem utilizados nas obras deverão ser novos e de melhor qualidade, obedecendo às especificações constantes no Memorial Descritivo de acordo com os projetos técnicos de engenharia.</p><p>Valor Total de R\$ xxxxxxx (xxxxxxxxxx)</p><p>CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE DO CONTRATO</p><p>2.1 - O CONTRATO a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Luiziana e o vencedor do certame, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 107, da Lei n.º 14.133/2021.</p></div>
Índice	Valor em reais	Índice														
Liquidez geral: LG = (AL + PL) / (PC + EL)																
Liquidez corrente: LC = AC / PC																
Endividamento: E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)																
<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E VIGÊNCIA</p><p>3.1. Os serviços objeto do presente processo deverão ser iniciados, no máximo, até 10º (dezimo) dia contado a partir da data da assinatura do contrato e/ou ordem de serviço.</p><p>3.2. O prazo para a execução será de 30 (trinta) dias de acordo com o Cronograma Físico Financeiro e serão contados a partir da assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante solicitação da empresa contratada e parecer do Departamento de Engenharia do Município.</p><p>3.3. O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.</p><p>CLÁUSULA QUARTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO</p><p>4.1. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente;</p><p>4.2. Caso no decorrer da vigência do contrato haja supressão ou aumento de preços será permitido o reajuste econômico financeiro, conforme previsão legal;</p><p>4.3. Comprovado o desequilíbrio, a revisão poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação a empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas e comprovções;</p><p>4.4. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor contratado;</p><p>4.5. Para se habilitar a revisão o interessado deverá formular pedido dirigido ao Pregepro Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado e acompanhado das seguintes documentos:</p><p>4.5.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratado, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;</p><p>4.6. Sendo procedente o requerimento da contratada, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido;</p><p>4.7. A contratada não poderá interromper a execução dos serviços durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.</p><p>CLÁUSULA QUINTA - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>5.1 - O representante do MUNICÍPIO DE LUIZIANA através de seu Departamento de Engenharia, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, efetuará medições mensais e analisará o avanço físico real dos serviços e o cronograma e verificará o exato cumprimento das obrigações do contrato no período da medição, quanto à quantidade e ao prazo previsto para a execução. Medida e atestada a execução dos serviços, a contratada entregará a correspondente nota fiscal no Departamento de Compras e Almoxarifado.</p><p>5.2 - Os pagamentos serão parcelados, de acordo com o cronograma físico-financeiro, e serão efetuados até 30 (trinta) dias após o adimplimento de cada parcela, referente à medição previamente realizada pelo fiscal da obra.</p><p>5.3 - Para o pagamento da nota fiscal referente à primeira medição, será exigida a aneção da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou (RRT) junto ao respectivo conselho referente a execução da obra e matrícula da obra junto ao INSS.</p><p>5.4 - A liberação das demais medições será exigida a comprovação da quitação junto ao INSS, a quitação junto ao FGTS.</p><p>5.5 - Não gerará direito a reajuste e atualização monetária os serviços que forem entregues com atraso imputável à contratada.</p><p>5.6 - O município reterá 10% (dez por cento) do valor do contrato, até que seja entregue CND da obra por parte da empresa contratada.</p><p>5.7 - Para o pagamento da última parcela será exigida a apresentação da CND da obra junto ao INSS.</p><p>5.8. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do Município de Luiziana-PR, e mantidos em ordem cronológica, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no contrato.</p><p>5.9 - O pagamento referente à última medição, além das condições acima descritas, somente será liberado após a entrega da obra pela Contratada, através de declaração expressa, com visto do Secretário Municipal de Obras e do Setor de Engenharia da Contratada, que a obra se encontra terminada, e em condições de ser recebida pela Prefeitura Municipal de LUIZIANA, acompanhada da respectiva CND da matrícula da obra;</p><p>5.10 - O encaminhamento da medição para liberação e pagamento, após aprovação da mesma, dar-se-á mediante aneção ao processo, dos seguintes documentos: CRF do FGTS, CND Federais (inclusive INSS), dentre outros porventura exigidos pela contratante e mesmo o órgão repassador dos recursos;</p><p>5.11. As medições quando da elevação do pagamento, terão retenções de valores para seguridade social, em conformidade com a legislação em vigor.</p><p>5.12. No caso de eventual atasco de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:</p><div><div>$I = (TX / 100) / 366$$EM = I \times V \times P, \text{ onde:}$<p>I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;</p></div>$N = N^{\circ} \text{ de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;}$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$</div><p>5.13. Caso se faça necessária representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciará-se a contar da data da respectiva representação.</p><p>5.14. Conforme Instrução Normativa RFP n.º 2.145, de 26 de junho de 2023, Decreto Municipal n.º 120/2023, os Municípios Inscrições suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.</p><p>“Art. 2º-A. Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.”</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>7.2. Caberá à adjudicatária optar por uma das modalidades de garantias estabelecidas no art. 96, da Lei n.º 14.133/2021:</p><p>a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;</p><p>b) - Seguro-garantia;</p><p>c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.</p><p>d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.</p><p>7.3 - A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato.</p><p>7.4. Quando o adjudicatário optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 30 (trinta) dias contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.</p><p>CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</p><p>8.1. Caberá a gestão do contrato a Senhora RITA DE CÁSSIA FANTINI ALVES, ENGENHEIRA CIVIL, portador do CPF nº 087.714.289-09 a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:</p><p>a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;</p><p>b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;</p><p>c) manter contatos adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatos apresentados pela fiscalização;</p><p>d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.</p><p>8.2. Caberá ao fiscal do contrato, Senhor Raul Cesar Rosa CPF 023.965.739-00 e Carteira de Identidade 655513-0, o acompanhamento da execução do contrato pela presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Caso o equipamento entregado não corresponda ao estabelecido no edital e item de referência, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>Parágrafo Terceiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.</p><p>Parágrafo Quarto - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não exclui nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de inadequações técnicas e legais, as quais não implicarão responsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.</p><p>Parágrafo Quinto - Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição do objeto considerado inadequado pelo fiscal, os quais, enquanto perdurarem a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.</p><p>8.3. A fiscalização terá ainda poderes para:</p><p>a) Aprever e desapropriar as máquinas e os serviços executados;</p><p>b) Aprever e desapropriar o dimensionamento das diversas etapas de trabalho;</p><p>c) Aprever e/ou desapropriar os equipamentos utilizados para execução da obra, colocados em serviço, quando às medidas de segurança necessárias;</p><p>d) Exigir o cumprimento de todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, especialmente quanto à utilização correta de equipamentos de proteção individual (EPI).</p><p>e) Alterar parte do projeto executivo e/ou especificações técnicas, sempre que esta medida se apresentar como comprovadamente necessária à execução da obra;</p><p>f) Exigir a retirada de qualquer equipamento subordinado direta ou indiretamente à Contratada, inclusive empregados de eventuais empreiteiras que, a critério da fiscalização comprometam o bom andamento dos serviços ou se recusarem ao uso dos equipamentos de segurança e obediência às normas de segurança coletiva ou individual, conforme prescrito em Lei especial.</p><p>CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO</p><p>9.1. Nos termos do Artigo 138, da Lei n.º 14.133/2021, a rescisão contratual poderá ser:</p><p>a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;</p><p>b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;</p><p>9.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas.</p></div>												
<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>9.3. Constituem motivos de rescisão do contrato de ambas as partes, os previstos nos incisos e parágrafos do Art.137, da Lei Federal nº 14.133/2021.</p><p>9.3.1. A rescisão contratual nos termos do Artigo 137, acarretará as consequências previstas nos artigos 155 e 156, ambas da Lei Federal nº 14.133/2021.</p><p>CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p><p>10.1. As licitantes estarão sujeitas às penalidades previstas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:</p><p>10.1.1. Não assinar ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;</p><p>10.1.2. Não assinar o contrato;</p><p>10.1.3. Apresentar documentação falsa;</p><p>10.1.4. Deixar de entregar os documentos necessários no certame;</p><p>10.1.5. Enasajar o andamento da execução do objeto;</p><p>10.1.6. Não manter a proposta;</p><p>10.1.7. Conter fraude fiscal;</p><p>10.1.8. Comportar-se de modo indevido;</p><p>10.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido justificadamente;</p><p>10.3. Considera-se comportamento indevido, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o quanto entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.</p><p>10.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, os termos do Artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:</p><p>10.4.1. Advertência por falta leve, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;</p><p>10.4.2. Multas pecuniárias;</p><p>10.4.3. Impedimentos de Licitar e contratar;</p><p>10.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.</p><p>10.5. A sanção prevista no subitem 10.4.2, será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado e sobre o valor do responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021.</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>10.6. A apresentação das razões do atraso, antes da data avançada para entrega do material, emboim não afeta por si a penalidade, podendo, contudo, favorecermente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.</p><p>10.7. A multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, uctuada judicialmente, em conformidade com a legislação aplicável.</p><p>10.8. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.</p><p>10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.</p><p>10.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.</p><p>10.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.</p><p>10.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não impedem a continuidade das atividades do contrato de licitação ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, segundo seu rito normal na unidade administrativa.</p><p>10.13. O processamento não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência dos fatos e, portanto, não impede a atuação da autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e com a participação de agente público.</p><p>10.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>10.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.</p><p>10.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza da conduta infratora, o caráter subjetivo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.</p><p>10.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.</p><p>10.18. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.</p><p>10.19. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. (Art.160).</p><p>10.20. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 desta Lei caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento. (Art.167).</p><p>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL</p><p>11.1. Integrará e completará o contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital Modalidade Concorrência Eletrônica nº 000/2025, juntamente com suas anexos e a proposta da CONTRATADA.</p><p>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO</p><p>12.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o alto ato de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.</p><p>Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:</p><p>a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do CONTRATO;</p><p>b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do CONTRATO.</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>c) "prática colusória": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou propostas do órgão licitante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;</p><p>d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do CONTRATO;</p><p>e) "prática obstrutiva": (1) destruir, falsificar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do organismo financeiro multilateral promover inspeção.</p><p>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES</p><p>13.1. A CONTRATANTE obrigará-se a:</p><p>a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas editais;</p><p>b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Termo Contratual, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento;</p><p>c) Comunicar à CONTRATADA todas as informações relacionadas com a execução deste Termo Contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;</p><p>d) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Termo Contratual;</p><p>e) Providenciar os pagamentos a CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas/Fatura devidamente atestado, nos prazos fixados;</p><p>f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Termo Contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.</p><p>13.2. A CONTRATADA obrigará-se a:</p><p>a) Fornecer o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes neste Termo Contratual, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;</p><p>b) Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE, ficando a sua exclusão critério a aceitabilidade, independente de aplicação das penalidades previstas em neste Termo e ainda na Lei Federal nº 14.133/2021;</p><p>c) Comunicar ao Fiscal deste Termo Contratual, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE LUIZIANA CNPJ: 00.888.688/0001-27 - www.luiziana.pr.gov.br - E-MAIL: pm@luiziana.pr.gov.br FONE: (41) 3571-1285 - 3571-1286 - Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 22 - centro - Luiziana/PR</div></div> <div><p>d) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;</p><p>e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou do garantido, caso exigido, o valor correspondente aos danos sofridos;</p><p>f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inobservância não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto deste Termo Contratual;</p><p>g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);</p><p>h) Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/2021;</p><p>i) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto contratado, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124</p></div>												



DISPONÍVEL TAMBÉM ONLINE


ORDEM DE LEITURA

EDITAIS

QUARTA-FEIRA,
10 DE DEZEMBRO DE 2025
EDIÇÃO Nº 11.403

TRIBUNA
DO INTERIOR

5



GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
CNPJ: 78.069.143/0001-47
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes abaixo assinadas:

CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantu, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Eliza Aparecida da Silva e;

CONTRATADA: A empresa LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ/MF nº 08.245.733/0001-06, com sede à Avenida Jose Custodio de Oliveira, nº 704, Centro, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, CEP nº 87.301-020, neste ato representada pela Sra. Edilaine Maria de Castro.

Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. OBJETO DO CONTRATO.


O objeto do presente contrato é contratação de Show artístico com performances artísticas e "ESPETÁCULO DE NATAL - OS ENCANTADORES - A ESPERANÇA INFINITA" para compor a programação cultural das festividades de Natal - Evento Natal Encantado 2025 do Município de Altamira do Paraná.

2. DO VALOR.

O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais), devido por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste contrato.



MUNICÍPIO DE MAMBORÉ
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br
www.mambore.atende.net

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

CONCORRÊNCIA Nº 012/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ, no uso de suas atribuições legais, considerando:

I - Que a autoridade competente **deve anular, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado**, qualquer procedimento licitatório, quando for comprovadamente detectado afronta ao princípio da legalidade, nos termos do artigo 71º da Lei 14.133/21;

II - Que no processo licitatório em epígrafe foi analisado e determinado a sua ANULAÇÃO, diante da superveniência de dados que demonstram a necessidade de **redimensionamento** objeto da contratação, visando ao atendimento mais eficiente do interesse público".


RESOLVE:

I - **TORNAR PÚBLICA a Anulação** do procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência nº 012/2025, ficando assegurado aos interessados, o disposto no artigo 71, III, da Lei 14.133/21.

II - Publique-se.

Mamboré, 09 de dezembro de 2025.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ.



GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
CNPJ: 78.069.143/0001-47
ESTADO DO PARANÁ

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:

05.006.13.392.0017.2047 - FOMENTO À AÇÕES CULTURAIS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

5. DO FORO.


Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Contrato é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato de contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
CNPJ: 78.069.143/0001-47
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART.71, IV, DA LEI 14.133/2021)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da inexigibilidade de licitação nº 42/2025 em favor da empresa CÍDADE ALTA LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, com sede na Rua Oswaldo Cruz nº 2098, Quadra 04, L. 18-A, Vila Vitória, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 34.615.284/0001-42, pelo valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.


A homologação da presente inexigibilidade de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Agente de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para inexistência de Licitação, no Diário Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, contido com o art. 176, II, da Lei 14.133/2021.

Engenheiro Beltrão/PR, 09 de Dezembro de 2025.

Admir José Garbin Junior
Prefeito Municipal



Governo Municipal de Nova Cantu
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2025.

AVISO DE DISPENSA Nº 42/2025

O Município de Nova Cantu, em conformidade com Art. 75, § 3º - da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **ADSIÇÃO DE ARMÁRIOS E GUARDA VOLUME PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NOVA CANTU PR**.

Podendo eventuais interessados apresentar proposta de Preços no prazo de 3 (Três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. A proposta de Preços deverá ser entregue na Prefeitura Municipal localizada na Rua Bahia, Nº 660 ou encaminhada no e-mail - propostas@novacantu.pr.gov.br

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 09/12/2025 a partir das 08:00h até 12/12/2025 às 23:59h.

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: a partir das 09:00h 15/12/2025.

VALOR ESTIMADO DA DISPENSA: R\$ 61.688,00 (Sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais).


ENDERECO FÍSICO E INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal, Departamento de Licitações, Rua Bahia, 660, Centro, Nova Cantu/PR. FONE: (44) 3521-1281 e-mail: licitacao@novacantu.pr.gov.br

EDITAL DISPONÍVEL NA INTERNET: <https://novacantu.eloweb.net/portalttransparencia/licitacoes>

Nova Cantu/PR, 08 de dezembro de 2025.

(Original assinado)

AIRTON ANTONIO AGNOLIN
Prefeito Municipal



ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART.71, IV, DA LEI 14.133/2021)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da inexigibilidade de licitação nº 42/2025 em favor da empresa CÍDADE ALTA LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, com sede na Rua Oswaldo Cruz nº 2098, Quadra 04, L. 18-A, Vila Vitória, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 34.615.284/0001-42, pelo valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

A homologação da presente inexigibilidade de licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Agente de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no Termo de Referência.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes (ou da Nota de Empenho), bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para inexistência de Licitação, no Diário Oficial do Município, de acordo com o art. 54, § 1º, contido com o art. 176, II, da Lei 14.133/2021.

Engenheiro Beltrão/PR, 09 de Dezembro de 2025.

Admir José Garbin Junior
Prefeito Municipal



ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 72, VII, da Lei 14.133/2021)


INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025

UNIDADE GESTORA: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE PROFISSIONAL HABILITADO, DEMONSTRANDO A QUALIDADE DA ÁGUA DOS POÇOS DE MONITORAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO IMPLANTADOS NO CEMITÉRIO (UM A MONTANTE E DOIS A JUSANTE).

Em atendimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam pelo presente AUTORIZADO, ratificados e confirmados os atos inerentes à contratação das empresas CÍDADE ALTA LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, com sede na Rua Oswaldo Cruz nº 2098, Quadra 04, L. 18-A, Vila Vitória, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 34.615.284/0001-42, por Inexistência de Licitação, no valor total de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

Engenheiro Beltrão/PR, 09 de Dezembro de 2025.

Admir José Garbin Junior
Prefeito Municipal



Quinta do Sol
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 120/225

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1533, de 09 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 15.011.585,02 (Quinze milhões, onze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dois centavos)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
05-0000	SECRETARIA OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPORTE		
010-UNIDADE	INFRA - ESTRUTURA PÚBLICA		
20	TRANSPORTE		
20.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
20.782.0003	GESTÃO DA INFRA-ESTRUTURA		
05.010.26.782.0003.1.162	CONSTRUIR INFRA-ESTRUTURA DE VIAS PÚBLICAS (Implementação pavimentação)		
4.4.90.51.09.00.00(72)	OBRAS E INSTALAÇÕES	1005	R\$ 15.011.585,02
TOTAL			R\$ 15.011.585,02

Art. 2º Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 15.011.585,02, sendo provenientes de Provável Excesso de Arrecadação na fonte 1005 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.

Art. 3º As alterações constantes na Lei 1533, de 09 de Dezembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pago Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 09 de Dezembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO
PREFEITO MUNICIPAL



Quinta do Sol
ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ

76.950.047/0001-88

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

O Município de Quinta do Sol, Estado do Paraná, torna público que tem interesse em dispensa de licitação (art.75, II, da Lei 14.133/2021), para o seguinte item:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM SEGURANÇAS PARA FESTA DE REVELLON EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE TURISMO.

DIMENSIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

A demanda não poderá ter os preços superiores aos apresentados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Aceitável	Valor Total Aceitável
01	Serviço de segurança/ vigilância para controle de acesso e segurança preventiva, a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio. Devidamente uniformizados e identificados, incluindo despesas como: deslocamento, EPI's, equipamentos e acessórios, transporte.	Diária	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
TOTAL					R\$ 8.000,00

Manifesta, ainda, interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Prazo final para entrega da proposta: 11/12/2025 as 17hrs.

Propostas devem ser enviadas no e-mail: licitacaoqds@gmail.com


- Orçamento devidamente assinado e identificado pela empresa com cnpj;
- Certidões: FGTS (CAIXA), débitos trabalhistas (JUSTIÇA DO TRABALHO) e tributos federais (MINISTERIO DA FAZENDA);
- Contrato social ou quadro societário da empresa;
- Cartão CNPJ;

Observa-se, que as regras do sítio eletrônico oficial está suspensa por 6 (seis) anos por força do art. 176, III, que obviamente, também, suspende a eficácia do art. 75, § 3º, (no que tange ao sítio eletrônico oficial) pelo fato do Município não atingir 20.000 habitantes e, salvo melhor juízo, por opção da autoridade superior, poderá ao final do certame ser convalidado, de acordo com o art. 55, da Lei nº 9.784/1999.

Portanto, o problema quanto a ausência de implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas inexiste em relação os municípios com até 20 mil habitantes, visto que o dispositivo previsto pelo art. 176 da Lei nº 14.133/2021, esses entes federados possuem prazo de seis anos, contados a partir de 01 de abril de 2021, para adotar o PNCP.

Pago Municipal Antônio Lázaro da Costa, 09 de Dezembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal



Quinta do Sol
ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ

76.950.047/0001-88

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

O Município de Quinta do Sol, Estado do Paraná, torna público que tem interesse em dispensa de licitação (art.75, II, da Lei 14.133/2021), para o seguinte item:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER A LOGISTICA E ORGANIZAÇÃO DA FESTA DE REVELLON EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE TURISMO.

DIMENSIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

A demanda não poderá ter os preços superiores aos apresentados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Aceitável	Valor Total Aceitável
01	Organização da festa da virada reveillon 2026 e produção	UN	01	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
TOTAL					R\$ 25.000,00

Manifesta, ainda, interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Prazo final para entrega da proposta: 11/12/2025 as 17hrs.

Propostas devem ser enviadas no e-mail: licitacaoqds@gmail.com


- Orçamento devidamente assinado e identificado pela empresa com cnpj;
- Certidões: FGTS (CAIXA), débitos trabalhistas (JUSTIÇA DO TRABALHO) e tributos federais (MINISTERIO DA FAZENDA);
- Contrato social ou quadro societário da empresa;
- Cartão CNPJ;

Observa-se, que as regras do sítio eletrônico oficial está suspensa por 6 (seis) anos por força do art. 176, III, que obviamente, também, suspende a eficácia do art. 75, § 3º, (no que tange ao sítio eletrônico oficial) pelo fato do Município não atingir 20.000 habitantes e, salvo melhor juízo, por opção da autoridade superior, poderá ao final do certame ser convalidado, de acordo com o art. 55, da Lei nº 9.784/1999.

Portanto, o problema quanto a ausência de implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas inexiste em relação os municípios com até 20 mil habitantes, visto que o dispositivo previsto pelo art. 176 da Lei nº 14.133/2021, esses entes federados possuem prazo de seis anos, contados a partir de 01 de abril de 2021, para adotar o PNCP.

Pago Municipal Antônio Lázaro da Costa, 09 de Dezembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Portaria nº 326/2025

O Prefeito do Município de Boa Esperança - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;


RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Luis Carlos Veiga, inscrito no CPF sob o nº 700.343.549-72, e Registrado na Matrícula Funcional nº 81251, brasileiro, casado, servidor desta Prefeitura Municipal no cargo de auxiliar administrativo, telefone: (44) 9.990-5783, para responder como Gestor do Convênio, e como Fiscal fiscal designado o servidor Luciano Vieira Cassiano, inscrito no CPF sob o nº 007.143.499-25, e registrado na Matrícula Funcional nº 108391, brasileiro, casado, servidor desta Prefeitura Municipal no cargo de engenheiro civil, CREA nº 103394/D, telefone (44) 99903-7658, **para atuar na gestão e na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Seab, que tem como objeto o Protocolo nº 24.216.837-2.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições contrárias.

Pago Municipal Haride Cavaletti, Boa Esperança, Estado do Paraná, na data da assinatura digital.

JOEL CELSO BUSCARIOL/72
328010920
JOEL CELSO BUSCARIOL
Prefeito Municipal



ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Referência: Processo Administrativo nº 153/2025

Inexistibilidade nº 21/2025

Objeto: Contratação de show musical na Virada de Ano 2025 para 2026, evento que acontecerá entre os dias 31/12/25 a 01/01/2026 do Município de Altamira do Paraná.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, Sra. ELZA APARECIDA DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO os elementos constantes no Processo Administrativo nº 153/2025, iniciado pelo Documento de Formalização de Demanda (DFD) da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), que demonstraram a inviabilidade de competição devido à natureza singular do serviço e à notória especialização da contratada, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Municipal, que opinou pela regularidade do processo e pelo cabimento da inexigibilidade;

CONSIDERANDO o Parecer Contábil que atesta a existência de dotação orçamentária para a despesa;

RESOLVE:

1. RATIFICAR a declaração de Inexistibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação direta da empresa abaixo qualificada, nas condições propostas:

- CONTRATADA: BANDA DOCE PECADO LTDA
- CNPJ: 27.435.857/0001-90

OBJETO: Contratação de show musical na Virada de Ano 2025 para 2026, evento que acontecerá entre os dias 31/12/25 a 01/01/2026 do Município de Altamira do Paraná.


VALOR GLOBAL: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

2. DETERMINAR a Secretaria de Administração e ao Departamento de Licitações que providenciem:

a) A publicação do extrato deste ato e do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, conforme art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

b) A emissão da Nota de Empenho;



ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Referência: Processo Administrativo nº 153/2025

Inexistibilidade nº 21/2025

Objeto: Contratação de show musical na Virada de Ano 2025 para 2026, evento que acontecerá entre os dias 31/12/25 a 01/01/2026 do Município de Altamira do Paraná.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, Sra. ELZA APARECIDA DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO os elementos constantes no Processo Administrativo nº 153/2025, iniciado pelo Documento de Formalização de Demanda (DFD) da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), que demonstraram a inviabilidade de competição devido à natureza singular do serviço e à notória especialização da contratada, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Municipal, que opinou pela regularidade do processo e pelo cabimento da inexigibilidade;

CONSIDERANDO o Parecer Contábil que atesta a existência de dotação orçamentária para a despesa;

RESOLVE:

1. RATIFICAR a declaração de Inexistibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação direta da empresa abaixo qualificada, nas condições propostas:

- CONTRATADA: BANDA DOCE PECADO LTDA
- CNPJ: 27.435.857/0001-90

OBJETO: Contratação de show musical na Virada de Ano 2025 para 2026, evento que acontecerá entre os dias 31/12/25 a 01/01/2026 do Município de Altamira do Paraná.

VALOR GLOBAL: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

2. DETERMINAR a Secretaria de Administração e ao Departamento de Licitações que providenciem:

a) A publicação do extrato deste ato e do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, conforme art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

b) A emissão da Nota de Empenho;



Quinta do Sol
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1533/2025

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 15.011.585,02 (Quinze milhões, onze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dois centavos)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
05-0000	SECRETARIA OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPORTE		
010-UNIDADE	INFRA - ESTRUTURA PÚBLICA		
20	TRANSPORTE		
20.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
20.782.0003	GESTÃO DA INFRA-ESTRUTURA		
05.010.26.782.0003.1.162	CONSTRUIR INFRA-ESTRUTURA DE VIAS PÚBLICAS (Implementação pavimentação)		
4.4.90.51.09.00.00(72)	OBRAS E INSTALAÇÕES	1005	R\$ 15.011.585,02
TOTAL			R\$ 15.011.585,02

Art. 2º Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 15.011.585,02, sendo provenientes de Provável Excesso de Arrecadação na fonte 1005 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. II, da Lei 4.320/64.


Art. 3º As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pago Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 09 de Dezembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO
PREFEITO MUNICIPAL



Quinta do Sol
ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ

76.950.047/0001-88

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

O Município de Quinta do Sol, Estado do Paraná, torna público que tem interesse em dispensa de licitação (art.75, II, da Lei 14.133/2021), para o seguinte item:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM SEGURANÇAS PARA FESTA DE REVELLON EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE TURISMO.

DIMENSIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

A demanda não poderá ter os preços superiores aos apresentados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Aceitável	Valor Total Aceitável
01	Serviço de segurança/ vigilância para controle de acesso e segurança preventiva, a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio. Devidamente uniformizados e identificados, incluindo despesas como: deslocamento, EPI's, equipamentos e acessórios, transporte.	Diária	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
TOTAL					R\$ 8.000,00

Manifesta, ainda, interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Prazo final para entrega da proposta: 11/12/2025 as 17hrs.

Propostas devem ser enviadas no e-mail: licitacaoqds@gmail.com


- Orçamento devidamente assinado e identificado pela empresa com cnpj;
- Certidões: FGTS (CAIXA), débitos trabalhistas (JUSTIÇA DO TRABALHO) e tributos federais (MINISTERIO DA FAZENDA);
- Contrato social ou quadro societário da empresa;
- Cartão CNPJ;

Observa-se, que as regras do sítio eletrônico oficial está suspensa por 6 (seis) anos por força do art. 176, III, que obviamente, também, suspende a eficácia do art. 75, § 3º, (no que tange ao sítio eletrônico oficial) pelo fato do Município não atingir 20.000 habitantes e, salvo melhor juízo, por opção da autoridade superior, poderá ao final do certame ser convalidado, de acordo com o art. 55, da Lei nº 9.784/1999.

Portanto, o problema quanto a ausência de implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas inexiste em relação os municípios com até 20 mil habitantes, visto que o dispositivo previsto pelo art. 176 da Lei nº 14.133/2021, esses entes federados possuem prazo de seis anos, contados a partir de 01 de abril de 2021, para adotar o PNCP.

Pago Municipal Antônio Lázaro da Costa, 09 de Dezembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal



Quinta do Sol
ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ

76.950.047/0001-88

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

O Município de Quinta do Sol, Estado do Paraná, torna público que tem interesse em dispensa de licitação (art.75, II, da Lei 14.133/2021), para o seguinte item:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM SEGURANÇAS PARA FESTA DE REVELLON EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE TURISMO.

DIMENSIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

A demanda não poderá ter os preços superiores aos apresentados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Aceitável	Valor Total Aceitável
01	Serviço de segurança/ vigilância para controle de acesso e segurança preventiva, a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio. Devidamente uniformizados e identificados, incluindo despesas como: deslocamento, EPI's, equipamentos e acessórios, transporte.	Diária	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
TOTAL					R\$ 8.000,00

Manifesta, ainda, interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Prazo final para entrega da proposta: 11/12/2025 as 17hrs.

Propostas devem ser enviadas no e-mail: licitacaoqds@gmail.com


- Orçamento devidamente assinado e identificado pela empresa com cnpj;
- Certidões: FGTS (CAIXA), débitos trabalhistas (JUSTIÇA DO TRABALHO) e tributos federais (MINISTERIO DA FAZENDA);
- Contrato social ou quadro societário da empresa;
- Cartão CNPJ;

Observa-se, que as regras do sítio eletrônico oficial está suspensa por 6 (seis) anos por força do art. 176, III, que obviamente, também, suspende a eficácia do art. 75, § 3º, (no que tange ao sítio eletrônico oficial) pelo fato do Município não atingir 20.000 habitantes e, salvo melhor juízo, por opção da autoridade superior, poderá ao final do certame ser convalidado, de acordo com o art. 55, da Lei nº 9.784/1999.

Portanto, o problema quanto a ausência de implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas inexiste em relação os municípios com até 20 mil habitantes, visto que o dispositivo previsto pelo art. 176 da Lei nº 14.133/2021, esses entes federados possuem prazo de seis anos, contados a partir de 01 de abril de 2021, para adotar o PNCP.

Pago Municipal Antônio Lázaro da Costa, 09 de Dezembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BO



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@boaesperanca.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

1º TERMO ADITIVO A ATA R. P. 085/2024
ALTERA DATA DA PRESENTE ATA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA 085/2024 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA E MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES LTDA - ME, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

Pelo presente instrumento de aditamento, compareçam as partes, justas e contratadas, na qualidade de outorgantes e reciprocamente outorgadas, a saber, de um lado, como segundo aditante, o Município de Boa Esperança, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.217.017/0001-67, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 301, CEP 87.390-000, Caixa Postal 11, Centro, Boa Esperança/PR, neste ato representado pelo Prefeito, **Joel Celso Buscaroli**, portador do CPF sob nº 723.280.109-20 e RG sob nº 4363039-3 e, de outro lado, como primeiro aditante a empresa **MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 30.571.619/0001-24, com sede na Rua Primavera, 80-Jardim das Flores, CEP 86.603-000, neste ato representada por **Maria Elizabeth Moura Morales RG 985.2243-3**, CPF 240.106.779-53, e-mail elmo@confecoes.com.br, Telefone: (41) 375-1232, denominada simplesmente de **CONTRATADA(A)**, em decorrência do Processo Licitatório **PREGAO ELETRONICO R. P. 033/2024** resolvidos celebrar o seguinte Termo Aditivo.

Da contratação e alterações:

1) Que em 02 de dezembro de 2024 firmaram a Ata R. P. nº 085/2024 decorrente do Procedimento Licitatório nº 033/2024, na modalidade Pregão Eletrônico tendo por objeto AQUISIÇÃO DE CAMISETA, homologado dia 02/12/2024, com prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, pelo valor total da ata RS 8.890,00 (oito mil oitocentos e noventa e nove reais).

2) Que em 02 de dezembro de 2025 firmaram o primeiro aditamento a Ata, alterando Prazo de vigência para mais 12 meses com início em 02/12/2025 a 02/12/2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais originárias.

Que assim sendo, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico Nº 288/2025, expedido pela Procuradoria Municipal favorável e com fundamento na lei 14.133/21.

Peças partes é dito que acataram o presente instrumento em todos os seus termos e, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Boa Esperança, 02 de dezembro de 2025.

Município de Boa Esperança
Joel Celso Buscaroli
Prefeito Municipal

MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES LTDA - ME
Maria Elizabeth Moura Morales
Representante Legal

Testemunha:
Leila Toni Buscaroli
Gestor do Contrato

Viviane Hypóliti Braga
Fiscal do Contrato

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@boaesperanca.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 086/2024
ALTERA PRAZO DA ATA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA 086/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA E DE OUTRO, CONFECÇÕES OLIVEIRA LTDA, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE CAMISETA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

Pelo presente instrumento de aditamento, compareçam as partes, justas e contratadas, na qualidade de outorgantes e reciprocamente outorgadas, a saber, de um lado, como segundo aditante, o Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Avenida Brasil nº 361 – Centro, Boa Esperança-PR CEP: 87.390-000, inscrito no CNPJ sob nº 76.217.017/0001-67, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Joel Celso Buscaroli CPF sob nº 723.280.109-20 e RG sob nº 4363039-3, e CONFECÇÕES OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.541.062/0001-36, com sede na Av. B de Maro, 544, Centro, Boa Esperança/PR CEP: 87.390-000, neste ato representada por José Carlos de Oliveira RG 4.375.824-1, CPF 606.256.009-91, e-mail confecoesoliveira@gmail.com, telefone 44 9 983 84518, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório **Pregão Eletrônico n.º 033/2024**, resolvem celebrar o seguinte Termo Aditivo:

DA CONTRATAÇÃO:

1) Que em 02 de dezembro de 2024 firmaram a Ata R. P. nº 086/2024 decorrente do Procedimento Licitatório nº 033/2024, na modalidade Pregão Eletrônico tendo por objeto AQUISIÇÃO DE CAMISETA, homologado dia 02/12/2024, com prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, pelo valor total da ata RS 29.465,50 (vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

2) Que em 02 de dezembro de 2025 firmaram o primeiro aditamento a Ata, alterando Prazo de vigência para mais 12 meses com início em 02/12/2025 a 02/12/2026.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Que assim sendo, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico Nº 288/2025, expedido pela Procuradoria Municipal favorável e com fundamento na lei 14.133/21.

Peças partes é dito que acataram o presente instrumento em todos os seus termos e, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Boa Esperança, 02 de dezembro de 2025.

Município de Boa Esperança
Joel Celso Buscaroli
Prefeito Municipal

CONFECÇÕES OLIVEIRA - ME
José Carlos de Oliveira
Representante Legal

Testemunha:
Leila Toni Buscaroli
Gestor do Contrato

Viviane Hypóliti Braga
Fiscal do Contrato

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@boaesperanca.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 088/2024
ALTERA PRAZO DA ATA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA 088/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA E DE OUTRO, SAUDE ANIMAL AGRO E VET LTDA, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE RAÇÃO DE PEIXES, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

Pelo presente instrumento de aditamento, compareçam as partes, justas e contratadas, na qualidade de outorgantes e reciprocamente outorgadas, a saber, de um lado, como segundo aditante, o Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, com Sede Administrativa na Avenida Brasil nº 361 – Centro, Boa Esperança-PR CEP: 87.390-000, inscrito no CNPJ sob nº 76.217.017/0001-67, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Joel Celso Buscaroli CPF sob nº 723.280.109-20 e RG sob nº 4363039-3, e Saúde Animal Agro e Vet LTDA, CNPJ 45.985.557/1001-00, Av. Paraná, 1730-Centro Juruandópolis CEP 87.355-000 representado por Silvio Henrique Ferreira Dias, RG 10.728.865-6, CPF 077.539.819-51, E-mail saudeanimalagrovet@gmail.com, Telefone 44-99847-8276, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório **Pregão Eletrônico n.º 053/2024**, resolvem celebrar o seguinte Termo Aditivo:

DA CONTRATAÇÃO:

1) Que em 06 de dezembro de 2024 firmaram a Ata R. P. nº 089/2024 decorrente do Procedimento Licitatório nº 053/2024, na modalidade Pregão Eletrônico tendo por objeto AQUISIÇÃO DE RAÇÃO DE PEIXES, homologado dia 03/12/2024, com prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, pelo valor total da ata RS 127.470,00 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e setenta reais).

2) Que em 06 de dezembro de 2025 firmaram o primeiro aditamento a Ata, alterando Prazo de vigência para mais 12 meses com início em 06/12/2025 a 06/12/2026, alterando também o Gestor e Fiscal para Marcos Laurentino Guimarães e Antonio de Freitas Menezes.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Que assim sendo, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico Nº 358/2025, expedido pela Procuradoria Municipal favorável e com fundamento na lei 14.133/21.

Peças partes é dito que acataram o presente instrumento em todos os seus termos e, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Boa Esperança, 06 de dezembro de 2025.

Município de Boa Esperança
Joel Celso Buscaroli
Prefeito Municipal
Contratante

SAUDE ANIMAL AGRO E VET LTDA
Silvio Henrique Ferreira Dias
Represent. Legal
Contratado(A)

Testemunha:
Antonio de Freitas Menezes
Fiscal do Contrato

Marcos Laurentino Guimarães
Gestor do Contrato

Prefeitura Municipal de Rondonópolis
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@rondonopolis.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita do Município de Rondonópolis, Estado do Paraná, Senhora **MARILIA P. B. GONÇALVES**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitação, designados através da portaria nº 24/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, TORNAR PÚBLICO a homologação do Processo de Contratação levado a efeito através do(a) **Pregão nº 71/2025**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DOSES DE SÊMEN BOVINO DAS RAÇAS HOLANDESA E JERSEY, DESTINADAS AO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, EXECUTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**, adjudicado ao(s) seguinte(s) participante(s) e valor(es):

Vencedores:

ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA - CNPJ 00.771.945/0001-07	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valo Total
DOSES DE SÊMEN CONVENCIONAL DA RAÇA HOLANDESA	UNID	300	RS 6.000,00	RS 1.800,000
SÊMEN TOURO DA RAÇA JERSEY	UNID	300	RS 6.000,00	RS 1.800,000
Total:				3.600,00

Rondonópolis, 09/12/2025

MARILIA PEROTTA BENTO GONÇALVES 844 67660925
Marília P. B. Gonçalves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Rondonópolis
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@rondonopolis.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita do Município de Rondonópolis, Estado do Paraná, Senhora **MARILIA P. B. GONÇALVES**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da portaria nº 24/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, TORNAR PÚBLICO a homologação do Processo de Contratação levado a efeito através do(a) **Pregão nº 73/2025**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PANIFICADOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, adjudicado ao(s) seguinte(s) participante(s) e valor(es):

Vencedores:

1) **MARCOS A PETRI BAGATIN - CONFITEARIA** inscrito no CNPJ/CPF nº 07.496.817/0001-41 ao valor total dos itens vencedores de R\$ 136.217,00 (cento e trinta e seis mil, duzentos e dezesseite reais).

Rondonópolis, 09/12/2025

MARILIA PEROTTA BENTO GONÇALVES 844 67660925
Marília P. B. Gonçalves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Rondonópolis
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@rondonopolis.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita do Município de Rondonópolis, Estado do Paraná, Senhora **MARILIA P. B. GONÇALVES**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da portaria nº 24/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, TORNAR PÚBLICO a homologação do Processo de Contratação levado a efeito através do(a) **Pregão nº 74/2025**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO E REGULADOR DE PRESSÃO DE OXIGÊNIO DESTINADOS PARA TRANSFERÊNCIA E RESGATE EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE E DEFESA CIVIL**, adjudicado ao(s) seguinte(s) participante(s) e valor(es):

Vencedores:

MEDVERVUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 57.394.275/0001-74	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Descrição	UNID	40	RS 216,9100	RS 8.676,4000
Válvula reguladora de pressão para cilindro de oxigênio medicinal com fluxômetro (0-15l/min)				
Total:				8.676,40

PIRILAMPO COM DE OXIGENIO LTDA - CNPJ 80.036.114/0001-20	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Recarga de Oxigênio Medicinal Comprimido	UNID	120	RS 177,0000	RS 21.240,0000
Recarga de Oxigênio Medicinal Comprimido	UNID	100	RS 250,0000	RS 25.000,0000
Recarga de Oxigênio Medicinal Comprimido	UNID	150	RS 309,0000	RS 46.350,0000
Total:				92.590,00

Rondonópolis, 09/12/2025

MARILIA PEROTTA BENTO GONÇALVES 844 67660925
Marília P. B. Gonçalves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Rondonópolis
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@rondonopolis.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita do Município de Rondonópolis, Estado do Paraná, Senhora **MARILIA P. B. GONÇALVES**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da portaria nº 24/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, TORNAR PÚBLICO a homologação do Processo de Contratação levado a efeito através do(a) **Pregão nº 75/2025**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS PARA IMPRESSÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS**, adjudicado ao(s) seguinte(s) participante(s) e valor(es):

Vencedores:

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA-EPP - CNPJ 18.486.182/0001-18	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR, COM 240MMX280MM DE DIMENSÕES, JOGO COM 4 VIAS, IMPRESSÃO EM PAPEL AUTOCOPIATIVO - CAIXA COM 500 JOGOS.	UNID	20	RS 280,0000	RS 5.600,0000
Total:				5.600,00

Rondonópolis, 09/12/2025

Marília P. B. Gonçalves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Rondonópolis
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@rondonopolis.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita do Município de Rondonópolis, Estado do Paraná, Senhora **MARILIA P. B. GONÇALVES**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da portaria nº 24/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, TORNAR PÚBLICO a homologação do Processo de Contratação levado a efeito através do(a) **Pregão nº 76/2025**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE KITS NATALINOS A SEREM DISTRIBUÍDOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS EM FUNÇÃO VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, EM ALUSÃO AO NATAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**, adjudicado ao(s) seguinte(s) participante(s) e valor(es):

Vencedores:

SULDESTE ALIMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ 56.979.975/0001-05	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Kit composto por no mínimo 02(dois) itens sendo: 01 ave congelada tipo natalina e 01 bolsa térmica para transporte e conservação.	UNID	630	RS 68,0000	RS 42.840,0000
Total:				42.840,00

Rondonópolis, 09/12/2025

MARILIA PEROTTA BENTO GONÇALVES 844 67660925
Marília P. B. Gonçalves
Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU
Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone/Fax (41) 3531 - 2121
CNPJ - 75.370.148/0001-17 - CEP - 87250-300 Peabiru - Paraná

AVISO DE REVOGAÇÃO

Assunto: Revogação do Pregão Eletrônico nº 047/2025.

O Município de Peabiru, Estado do Paraná, por intermédio de seu Prefeito Municipal, **José Marcos Gonçalves Lopes**, no uso de suas atribuições legais, **Considerando** a interposição de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 047/2025;

Considerando a necessidade de correção de disposições constantes do referido edital;

Considerando o exíguo lapso temporal disponível para a execução dos serviços a serem contratados na forma inicialmente prevista;

Considerando, ainda, o entendimento consolidado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque dela não são originários direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

RESOLVE:

Art. 1º Fica **REVOGADO**, por motivo de conveniência e oportunidade administrativa, o Pregão Eletrônico nº 047/2025, com fundamento no interesse público e nos termos da Súmula nº 473 do STF.

Art. 2º Determina-se a publicação do presente aviso nos meios oficiais, para fins de ciência e transparência.

Peabiru/PR, 09 de dezembro de 2025.

JOSE MARCOS GONÇALVES LOPES
32782233904
José Marcos Gonçalves Lopes
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por
JOSE MARCOS GONÇALVES LOPES
Data: 2025.12.09 16:15:18
32782233904

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA
PRACA - CENTRO - E-MAIL: pm@boaesperanca.com.br
RONDADOR - CEP: 87230-000 - CAIXA POSTAL 001 - FONE/FAX: (41) 375-1232 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

PORTARIA Nº 325/2025

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscaroli, no uso de suas atribuições legais nos termos da LEI 258/2008;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder em férias a servidora **Natalia Vellozo Rodrigues**, no período de 08/12/2025 a 08/01/2026 totalizando 32 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, efeitos revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Paço Municipal Haide Cavaletti, em 08 de dezembro de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Assinado de forma digital por
JOEL CELSO BUSCAROLI 723 28010920
Joel Celso Buscaroli
Prefeito Municipal

GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
CNPJ n. 78.069.143/0001-47

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO Nº 74/2025
CONCORRÊNCIA Nº 004/2025

LOTE 1/ITEM 1 - ADJUDICADO - 09/12/2025

DESCRIÇÃO: Execução de obra de pavimentação asfáltica em CBQU, incluindo os serviços de: instalação de placa de obra; instalação de tubos em concreto simples para drenagem de águas pluviais com escavação e reaterro; transporte e execução de sub-base em macadame seco e base em brita graduada simples; serviços de imprimação com emulsão asfáltica; pintura de ligação com RR-1C; transporte e execução de camada de revestimento em CBQU; e execução de sinalização viária horizontal e vertical. Deverão ser observadas as especificações contidas nos documentos que compõem a pasta técnica, tais como, projetos, memoriais e planilhas de serviços.

QUANTIDADE: 1.

UNIDADE: UND.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 960.044,24 (novecentos e sessenta mil e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 960.044,24 (novecentos e sessenta mil e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica em CBQU em estrada rural denominada de estrada do cedro em trecho com extensão de 900,00 m e área de intervenção de 5.400,00 m². O objeto está vinculado ao contrato de repasse n.º 954185/2023, firmado no âmbito do programa de desenvolvimento regional, territorial e urbano.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital da Concorrência nº 004/2025, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **MONSTER LTDA, CNPJ/MF 05.973.066/0001-81**.

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Assinado de forma digital por
Elza Aparecida da Silva - 80413560953
Data: 2025.12.09 16:33:00
02107

Elza Aparecida da Silva
Prefeita Municipal

GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
CNPJ n. 78.069.143/0001-47

HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO Nº 074/2025
CONCORRÊNCIA Nº 004/2025

OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica em CBQU em estrada rural denominada de estrada do cedro em trecho com extensão de 900,00 m e área de intervenção de 5.400,00 m². O objeto está vinculado ao contrato de repasse n.º 954185/2023, firmado no âmbito do programa de desenvolvimento regional, territorial e urbano.

Com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a Concorrência para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **MONSTER LTDA, CNPJ/MF 05.973.066/0001-81**.

Para a efetivação da presente Concorrência se levou em conta a necessidade do fornecimento do objeto.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Assinado de forma digital por
Elza Aparecida da Silva - 80413560953
Data: 2025.12.09 16:33:47-03:07

Elza Aparecida da Silva
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
ALTAMIRA DO PARANÁ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025
Processo Administrativo Nº 74/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: GABRIEL LOURES CAETANO
Data de Publicação: 14/10/2025 17:39:18

LOTE 1 - ADJUDICADO - 09/12/2025 10:39:43

Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UND	Marca: Obra	Modelo:
Descrição: Execução de obra de pavimentação asfáltica em CBQU, incluindo os serviços de: instalação de placa de obra; instalação de tubos em concreto simples para drenagem de águas pluviais com escavação e reaterro; transporte e execução de sub-base em macadame seco e base em brita graduada simples; serviços de imprimação com emulsão asfáltica; pintura de ligação com RR-1C; transporte e execução de camada de revestimento em CBQU; e execução de sinalização viária horizontal e vertical. Deverão ser observadas as especificações contidas nos documentos que compõem a pasta técnica, tais como, projetos, memoriais e planilhas de serviços.	Quantidade: 1	Valor Unit.: 945.000,00	Valor Total: 945.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MONSTER LTDA	387	05.973.066/0001-81	960.044,24	945.000,00	Não
2 AF COMERCIO, LOCAÇÕES E SERVIÇOS	063	45.963.536/0001-40	950.000,00	950.000,00	0,53 Sim
3 VALLE CONSTRUCOES LTDA	290	47.147.314/0001-95	960.044,24	955.000,00	0,53 Não
4 OESTE CAPITAL CONSTRUTORA LTDA	857	02.096.823/0001-98	960.044,24	960.044,24	0,53 Não
5 MINERAÇÃO AGM LTDA	611	14.717.593/0001-16	960.044,24	960.044,24	0,00 Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

Elza Aparecida da Silva - 80413560953
Assinado de forma digital por Elza Aparecida da Silva - 80413560953
Data: 2025.12.09 17:07:58 -03'00'

AUTORIDADE: ELZA APARECIDA DA SILVA

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
ALTAMIRA DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025
Processo Administrativo Nº 74/2025
Tipo: AQUISIÇÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO: GABRIEL LOURES CAETANO
Data de Publicação: 14/10/2025 17:39:18

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 09/12/2025 10:39:47

Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UND	Marca: Obra	Modelo:
Descrição: Execução de obra de pavimentação asfáltica em CBQU, incluindo os serviços de: instalação de placa de obra; instalação de tubos em concreto simples para drenagem de águas pluviais com escavação e reaterro; transporte e execução de sub-base em macadame seco e base em brita graduada simples; serviços de imprimação com emulsão asfáltica; pintura de ligação com RR-1C; transporte e execução de camada de revestimento em CBQU; e execução de sinalização viária horizontal e vertical. Deverão ser observadas as especificações contidas nos documentos que compõem a pasta técnica, tais como, projetos, memoriais e planilhas de serviços.	Quantidade: 1	Valor Unit.: 945.000,00	Valor Total: 945.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MONSTER LTDA	387	05.973.066/0001-81	960.044,24	945.000,00	Não
2 AF COMERCIO, LOCAÇÕES E SERVIÇOS	063	45.963.536/0001-40	950.000,00	950.000,00	0,53 Sim
3 VALLE CONSTRUCOES LTDA	290	47.147.314/0001-95	960.044,24	955.000,00	0,53 Não
4 OESTE CAPITAL CONSTRUTORA LTDA	857	02.096.823/0001-98	960.044,24	960.044,24	0,53 Não
5 MINERAÇÃO AGM LTDA	611	14.717.593/0001-16	960.044,24	960.044,24	0,00